

Mais uma edição da Bagoas chega aos seus leitores e leitoras. Com a colaboração de colegas pesquisadores do Brasil e do exterior, a revista tem se firmado como referência no campo dos estudos gays, dos estudos sobre gênero e sexualidade, e não apenas no meio acadêmico. Consolidado nas universidades brasileiras, esse campo de estudos tem conseguido realizar importantes articulações e diálogos com movimentos sociais, atores e entidades que realizam o enfrentamento cotidiano das questões relacionadas à vida de muitos quando se trata desses assuntos. E o faz transferindo ao debate, à discussão e à formação política de militantes e agentes educativos o saber que tem sido produzido nas universidades e centros de pesquisa. Cumprindo sua vocação acadêmica e militante, a Bagoas tem sido um espaço de publicação dessa produção.

Periódicos acadêmicos para a publicação de reflexões sobre os temas da sexualidade e gênero, sobre os tabus que ainda cercam esses assuntos, sobre os preconceitos, discriminações e violências praticadas contra aqueles que assumem viver suas sexualidades não conforme pretendida normalidade, constituem oportunidades para compartilhar conhecimento e crítica a propósito de questões que não são apenas de interesse teórico-acadêmico, mas igualmente de interesse social e político. E essa é contribuição que a Universidade não pode se negar a oferecer em uma sociedade que conserva altos índices de violências contra mulheres, homossexuais e trans.

A Bagoas, em sua sexta edição, continua procurando cumprir seu projeto original, publicando reflexões teóricas críticas sobre questões que, até bem pouco tempo, eram consideradas de “interesse unicamente privado” e, por isso, consideradas de pouca relevância científica ou acadêmica. Não é ignorado por ninguém que assuntos como sexo, sexualidade, relações de gênero, até bem recentemente, eram vistos como coisas da “esfera íntima”. Pensamento que ainda sobrevive em imaginários científicos e universitários – pesquisadores, comitês científicos, poderes institucionais –, que, aberta ou dissimuladamente, veem esses assuntos como “de menor importância”, prevalência de “modas acadêmicas”, hipervalorização da esfera da subjetividade em detrimento dos estudos sobre a “realidade objetiva” (economia, política etc.).

Mas, contra vento e maré, estudiosos e grupos de pesquisa prosseguem seus estudos críticos e denúncias sobre a ideologia da heterossexualidade obrigatória e seus efeitos de poder (incluindo danos de subjetivação sobre muitos), sobre a opressão das normas de gênero dominantes, sobre preconceitos e violências contra gays, lésbicas e trans, sobre as tentativas de higienização moral das sexualidades dissidentes do heterossexismo hegemônico. Atividade que não cessa de se manifestar na produção de artigos, livros, encontros, congressos, mesas-redondas e outras atividades acadêmicas e políticas no Brasil e no exterior.

No plano social e político, se temos algumas conquistas a comemorar no mundo inteiro, há ainda muito a continuar fazendo para o combate ao preconceito e à discriminação a gays, lésbicas e trans. No Brasil, com especialidade, há muito a se fazer. Enquanto parlamentares e governantes do país, nos diversos níveis, continuam agindo de uma maneira escancaradamente homofóbica, ou outros não tão às escâncaras mas dissimulando seus atos em “racionalidades políticas”, o preconceito e a visão homofóbica da vida continuam fortemente atuantes e fazendo seus estragos. Talvez não exista outro caso mais emblemático dessa atuação que o ocorrido em feira agropecuária, no interior de São Paulo, no dia 14 de julho, durante a qual pai e filho foram barbaramente espancados, por “confundidos” como casal gay, ao serem vistos abraçados e trocando carinhos em público. Este é o preço que a sociedade está pagando como resultado da ideologia da heterossexualidade obrigatória? Todos os carinhos que não sejam explicitamente heterossexuais devem ser suspensos? Se são gays, lésbicas ou trans, podem ser agredidos? A máquina de fabricação da heterossexualidade obrigatória, mantida por todos os meios possíveis pelas próprias famílias, não perdoa nem mesmo pais e filhos e heterossexuais!

Ainda comentando a realidade brasileira, até mesmo a aprovação do reconhecimento das uniões gays e lésbicas pelo STF – sem dúvida, um avanço, e não sem consequência do ponto de vista de redefinições simbólicas: pois, afirma-se, através da mais alta corte de justiça do país, que o casamento é união entre duas pessoas, não importando o sexo dos parceiros e suas preferências sexuais –, é, ao mesmo tempo, a explicitude da omissão do poder legislativo brasileiro, que, mais que omisso tem sido um empecilho ao avanço dos direitos gays no Brasil, por força de uma maioria conservadora que o constitui.

Até aqui, importantes projetos de lei concernentes a direitos gays que tramitam no Congresso Nacional enfrentam obstáculos para sua discussão e aprovação. E até mesmo enfrentam feroz resistência de setores homofóbicos, fortemente atuantes e que, na maioria dos casos, procuram se valer de argumentos religiosos em esfera na qual deveriam atuar orientados pelos princípios da laicidade. Um posicionamento replicado em diversos níveis do legislativo no país, como se pode acompanhar nos diversos casos, cotidianamente noticiados, de atuações de parlamentares em assembleias estaduais e câmaras de vereadores que, usurpando as funções para as quais foram eleitos, fazem das tribunas destas instâncias palanques para suas pregações religiosas preconceituosas e francamente homofóbicas.

De sua parte, governos estaduais, municipais e federal, com poucas variações, põem em prática frágeis programas e projetos, quase sempre modificáveis ao sabor dos acordos, das pressões, das demandas políticas, pouco restando para a sua institucionalidade efetiva e continuidade. Mesmo há os casos de estados e municípios que nada formularam até aqui que possa ser admitido como esboço de política pública visando o segmento LGBT. Se há algumas iniciativas isoladas, o cenário geral é de descaso e omissão.

Nos artigos que poderão ser lidos nesta edição, os autores discutem, cada um a seu modo, temas relativos a todas essas questões, variando os enfoques, os objetos de estudo: transexualidade, travestilidade, crítico do discurso religioso, direitos humanos gays, homofobia, produção cultural, mídia etc. Nesta edição, com a publicação do conto “Semana Santa”, inauguramos a seção literária, destinada à publicação de contos e poesia. Esperamos oferecer o prazer da leitura e contribuição ao debate acadêmico e político-público com mais este número da Bagoas.

Alípio de Sousa Filho

*Editor*